



# ENCONTRO NACIONAL DE TRABALHADORES DAS IPSS

26 de Janeiro de 2018 - Lisboa

## RESOLUÇÃO

As IPSS desempenham um papel essencial e central no País, no plano do apoio social às populações, substituindo-se ao Estado na intervenção que lhe cabe nesta área. Contudo, o reconhecimento do papel das IPSS na nossa sociedade, não se reflecte nas condições de trabalho e de vida dos seus trabalhadores que, na sua grande maioria e de um modo geral, auferem dos mais baixos salários do País.

A Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Funções Públicas e Sociais e os seus Sindicatos, sempre lutaram nas negociações para que os trabalhadores sintam melhorias quer ao nível do salário, quer das condições de trabalho, fazendo propostas para salvaguardar direitos importantes para os trabalhadores, como:

- Alteração e diminuição da carga horária;
- Progressão e Promoção nas carreiras;
- Respeito pela Especificidade dos conteúdos profissionais, com Valorização Profissional;
- Aumento Real de Salários;
- Direito à Formação Profissional.

Apesar da persistência da Federação e dos seus Sindicatos na Contratação Colectiva, as revisões anuais dos salários e de outras remunerações são, manifestamente, insuficientes para o trabalho desenvolvido por parte destes trabalhadores, não reflectindo a importância dos mesmos na economia do País.

Para as IPSS são transferidos anualmente, do Orçamento do Estado, milhares de milhões de euros. É uma realidade que as IPSS dependem significativamente das receitas do Orçamento do Estado, fixadas em protocolo que anual ou bienalmente é celebrado entre o Governo e a CNIS. Mas, também é verdade que as IPSS garantem apoios financeiros de outras fontes para além das receitas provenientes das participações dos utentes.

Sendo assim, entendemos que é possível às entidades patronais do sector irem mais longe em matéria de salários e de outras remunerações para que os trabalhadores – aqueles que garantem o funcionamento das Instituições – tenham um estatuto profissional e vejam reconhecido o seu trabalho.

A ideia de que os trabalhadores das IPSS têm de exercer as suas funções de forma solidária, ou através de um voluntariado forçado, com os baixos salários que auferem e que os colocam numa situação de pobreza, é a prática ao longo de anos por parte do patronato do sector e faz com que



os próprios trabalhadores das IPSS passem a ser, eles próprios, em muitos casos utentes da intervenção das Instituições, sujeitos à caridade da própria entidade empregadora.

Não obstante, são muitas as situações de trabalhadores de apoio e de serviços gerais que se misturam nos conteúdos funcionais, escondendo a separação de carreiras e responsabilidades funcionais, como forma de ultrapassar a falta deste pessoal.

O Contrato Colectivo de Trabalho das IPSS, em vigor, consagra um conjunto importante de direitos para os trabalhadores do sector que precisam de ser defendidos a todo o custo, sob pena de as condições de trabalho existentes actualmente se degradarem e a exploração se agravar.

Assim, os trabalhadores das Instituições Particulares de Solidariedade Social, reunidos em Encontro Nacional, no dia 26 de Janeiro de 2018, em Lisboa, decidem:

1. Exigir que o protocolo de participações do Estado para as IPSS, consagre obrigatoriamente, a garantia de actualização anual das remunerações dos trabalhadores de cada Instituição;
2. Exigir que prevaleça o princípio da complementaridade do papel das IPSS, na promoção do apoio à infância, juventude, deficiência e idosos que deverá caber primordial e directamente ao Estado;
3. Lutar pela satisfação das seguintes reivindicações em 2018:
  1. Aumento Real de Salários em 4%;
  2. Alteração e diminuição da carga horária, para as 35h semanais;
  3. Progressão e Promoção nas carreiras;
  4. Respeito pela especificidade dos conteúdos profissionais, com valorização profissional;
  5. Direito à Formação Profissional;
  6. Estabelecimento de um Rácio Mínimo, designadamente, de trabalhadores de apoio e serviços gerais, conforme as valências e o número de utentes em cada Instituição;
4. Mandatar a FNSTFPS para promover as acções de luta que se julguem mais adequadas para a satisfação das reivindicações aqui enunciadas;

Lisboa, 26 de Janeiro de 2018

Os Participantes no Encontro